Revista do
CEAM

ISSN 1519-6968

Artigo

O projeto da universidade da nova capital: a derrota da ousadia persiste

Remi Castioni
Faculdade de Educação, Universidade de Brasília. Brasília, Brasil.
https://orcid.org/0000-0002-5459-3492
rcastioni@globo.com

Norivan Lustosa Lisboa Dutra
Instituto Federal de Brasília – Campus Estrutural. Brasília, Brasil
https://orcid.org/0000-0002-2533-3157
nori.dutra@gmail.com

DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.4460446
Recebido / Recibido / Received: 2020-11-30
Aceitado / Aceptado / Accepted: 2020-12-30

Este trabalho está licenciado com uma Licença
Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Resumo

O texto analisa o programa de expansão recente da universidade federal brasileira estimulado pelo Ministério da Educação no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Em particular, analisa-se o projeto do REUNI na UnB e em que medida a referida expansão retomou o ideário dos seus formuladores: Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro. Uma vez que o Reuni se inspirava no ideário anisiano de universidade, o que se esperava era de que o projeto da UnB recuperasse o plano orientador interrompido pela ditadura militar. Entretanto, observou-se que além de não cumprir as metas pactuadas, o projeto caracterizou-se como a terceira interrupção do projeto de universidade formulado por Anísio Teixeira. As duas primeiras interrupções deram-se com ele ainda em vida, mas a terceira, foi por obra daqueles que diziam inspirar-se nos seus ideais.

Palavras-chave: Anísio Teixeira, Brasil, Darcy Ribeiro, Educação Superior, Plano Orientador, UnB, Universidade, Universidade de Brasília, Reuni.

The new capital university project: the defeat of boldness persists

Abstract

The text analyzes the recent expansion program of the Brazilian federal university stimulated by the Ministry of Education within the scope of the Education Development Plan (PDE). In particular, the REUNI project at UnB is analyzed and the extent to which this expansion has taken over the ideas of its formulators: Anísio Teixeira and Darcy Ribeiro. Since Reuni was inspired by the Anisian idea of the university, what was expected was that the UnB project would recover the guiding plan interrupted by the military dictatorship. However, it was observed that in addition to not meeting the agreed goals, the project was characterized as the third interruption of the university project formulated by Anísio Teixeira. The first two interruptions took place while he was still alive, but the third was due to those who said they were inspired by his ideals.

Keywords: Anísio Teixeira, Brazil, Darcy Ribeiro, Higher Education, Plano Orientador, UnB, Universidade de Brasília, University, Reuni.

El nuevo proyecto universitario de la capital: persiste la derrota de la audácia

Resumen

El texto analiza el reciente programa de expansión de la universidad federal brasileña impulsado por el Ministerio de Educación en el ámbito del Plan de Desarrollo Educativo (PDE). En particular, se analiza el proyecto REUNI en la UnB y en qué medida esta expansión se apoderó de las ideas de sus formuladores: Anísio Teixeira y Darcy Ribeiro. Dado que Reuni se inspiró en la idea anisiana de la universidad, lo que se esperaba era que el proyecto de la UnB recuperara el plan rector interrumpido por la dictadura militar. Sin embargo, se observó que además de no cumplir con las metas pactadas, el proyecto se caracterizó como la tercera interrupción del proyecto universitario formulado por Anísio Teixeira. Las dos primeras interrupciones se produjeron en vida, pero la tercera se debió a quienes dijeron estar inspirados en sus ideales.

Palabras clave: Anísio Teixeira, Brasil, Darcy Ribeiro, Educación Superior, Plano Orientador, UnB, Universidad, Universidade de Brasília, Reuni.

Introdução

No mês de abril de 2007, o governo federal lançou 42 programas de apoio a educação brasileira no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), entre estes constava o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni, por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007), com o objetivo de dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior, bem como para potencializar o aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes. Nesse sentido, o Ministério da Educação (MEC) publicou a Chamada Pública nº 10/2007, no dia 25 de setembro de 2007, para que as instituições interessadas pudessem aderir ao Reuni.

De caráter voluntário, a adesão ao Reuni implicava, a cada universidade, o direito para o exercício de sua autonomia. Em outras palavras, cada instituição teria liberdade para aceitar ou não a adesão ao Reuni. Para tal, deveria discutir com a comunidade acadêmica a proposta do plano de expansão e reestruturação e aprovar nas suas instâncias antes de apresentar ao MEC.

Apesar da oposição aglutinada em torno do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) e suas seções sindicais, no caso da UnB, a Associação dos Docentes da UnB (ADUnB), que não concordava com a aprovação e implantação do Reuni nas universidades da forma como proposto, ao final do processo, a totalidade das instituições federais aderiram ao Reuni. O resultado parcial da Chamada Pública foi divulgado no dia 7 de dezembro de 2007, com as primeiras contempladas, entre elas estava a Universidade de Brasília (UnB).

Diferentemente de outras instituições, a UnB apresentou duas propostas ao MEC: a primeira foi entregue ainda no ano de 2007[1], conforme propunha as diretrizes do Reuni[2], incluindo os Bacharelados em Grandes Áreas (BGAs). A segunda, foi entregue em meados de 2008, após a renúncia do Reitor Timothy Mulholland, e a nomeação da gestão *pró-tempore* que, ao assumir o comando da instituição, providenciou a substituição do projeto Reuni anteriormente apresentado, alegando a necessidade de alterações devido inconsistências nas informações.

Após os trâmites no MEC e a respectiva aprovação do plano, no segundo semestre de 2008, deu-se início ao processo de implantação do Reuni na UnB, sendo ela uma das últimas a iniciar, apesar de ter sido a primeira a ter o plano aprovado.

Como parte da proposta do segundo plano do Reuni na UnB, iniciou-se a elaboração de um projeto basilar para conduzir as atividades acadêmicas, o chamado Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI). Este documento começou a ser discutido em 2009, mas só foi aprovado em abril de 2018, pois a gestão onde se iniciou a tramitação do PPPI, não obteve êxito na eleição subsequente e sua tramitação não obteve celeridade da gestão seguinte, que preferiu focar na recuperação do Índice Geral de Cursos – IGC, tendo obtido nota máxima em 2014/15, com reflexos nos anos subsequentes com a manutenção na nota máxima (5), até o ano de 2017, quando a nota voltou a cair.

1 Chamaremos neste trabalho de R1, a primeira proposta e R2, a segunda proposta.

2 Reuni tem suas raízes nas ideias de Anísio Teixeira, cuja proposta era promover o acesso via os Bacharelados em Grandes Áreas (BGAs), ou os Bacharelados Interdisciplinares como adotados pelas Universidades: UFABC, UFRB, UFBA, UFRN, UFERSA, UFSC, UFVJM, UNIFAL, UFJF, UFOPA, UFSJ, UNIPAMPA, UFRJ, UNIFESP.

É certo que a UnB teve impulso após o Reuni – ampliação da estrutura física, no número de vagas, cursos e matrículas, mas, ainda assim, continua enfrentando desafios, cuja proposta o Reuni visava enfrentar: evasão nos cursos de graduação, acesso e permanência dos estudantes, escolha precoce dos cursos/profissão, baixa articulação interdisciplinar, e uma organização focada na departamentalização, que houvera sido uma das inovações do Projeto Orientador de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, em 1962, mas que em pleno século XXI já se mostrava ultrapassado.

É, portanto, sobre essas questões que o presente texto discute. Trata-se de m estudo, que teve origem em pesquisa[3] realizada no doutorado e visou problematizar a implantação de uma política de expansão do ensino superior recente. O objetivo do texto após uma breve caracterização da literatura é por em questão os interesses atrelados à substituição do Plano Orientador da UnB pelo PPPI, buscando desvelar o que foi alterado e por quais motivos houve tais mudanças, bem como identificar os efeitos para a instituição e para a comunidade acadêmica em geral; e se estes guardam relação com as intenções de expansão pactuadas com o MEC. Como objetivo implícito também está o de evidenciar o caráter inovador do projeto anisiano de universidade, interrompido primeiramente em 1935, com a Universidade do Distrito Federal (UDF), no início do Estado Novo; em 1964, novamente, na ditadura militar, quando o próprio Anísio Teixeira foi afastado da Reitoria da UnB e agora com a definitiva revogação do Plano Orientador de 1962.

1 Implementação de políticas de educação – novos olhares

Só muito recentemente as pesquisas na área da educação passaram a incorporar como guia de análise a formulação muito presente no campo da ciência política, de análise da implementação das políticas. Não é por menos que autores do campo da educação questionavam porque não se pesquisava implementação de politicas (RUS PEREZ, 2010). Muito incipiente ainda são os estudos a partir da vertente institucional ou do neo-institucionalismo. A área da educação concentra suas análises sobre os aspectos normativos da política e pouca luz lança sobre o papel desempenhado pelos atores e suas decisões no nível institucional. Como a União exerce na área da educação um poder muito concentrador e, no caso, do sistema federal, altamente concentrador, uma vez que as universidades públicas, embora gozem de autonomia prevista no artigo 207 da Constituição Federal, tal princípio é mero efeito de retórica, uma vez que tal dispositivo é alvo de constantes cerceamentos por toda espécie de controles exercido pelo chamado Sistema U (Controladoria-Geral da União – CGU, Tribunal de Contas da União – TCU, Ministério Público da União – MPU, Advocacia-Geral da União – AGU).

Sob essa perspectiva, surgiram recentemente outros olhares, que ao mesmo tempo, que não se filiaram ao tradicional ciclo da política, tradicional no campo da ciência política – agenda, decisão, implementação e avaliação -, procuraram ampliar as especificidades do terreno educacional. Filiam-se a esta corrente as formulações de Ball, Bowe e Gold (1992), que foram adaptadas na América Latina pelos trabalhos de Mainardes (2006; 2009), de Mainardes, Ferreira e Tello, 2011) e Tello (2013). Trata-se de uma proposta analítica constituída por três contextos principais: o contexto de influência, o

3 A tese foi defendida em 2019, intitulada: “A terceira derrota de Anísio Teixeira: o REUNI na UnB”.

contexto da produção de texto e o contexto da prática. Tais contextos não constituem uma sequência linear; estão relacionados entre si. Nessa abordagem, a linearidade e o reducionismo de outros modelos analíticos dão espaço à interpretação crítica e dialética do complexo processo histórico, político, econômico e cultural a que se submetem a realização das políticas públicas.

Dessa forma, os autores questionam os modelos que analisam as políticas isoladamente e desconsideram os diversos contextos envolvidos. Ball, Bowe e Gold (op. Cit., 1992) estão entre os que "rejeitam os modelos de política educacional que separam as fases da formulação e implementação porque eles ignoram as disputas e os embates sobre a política e reforçam a racionalidade do processo de gestão" (MAINARDES, 2006, p. 49). Nesta perspectiva, o papel que os atores exercem nos processos de implementação das políticas é a proposta da presente reflexão.

2 A UnB como universidade diferenciada

Para os idealizadores da UnB (Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro), a universidade deveria abrir os portões para toda a mocidade egressa do ginasial (ensino médio), a fim de que pudessem aprofundar seus conhecimentos e habilidades. A academia é o ambiente propício para o desenvolvimento da capacidade criativa, imaginação, em que os estudantes buscam o novo, questionam, criticam, descobrem, inventam, criam e fazem ciência (UnB, 1962).

Pensando assim, o Plano Orientador da UnB (UnB, 1962), estabeleceu as diretrizes para o acesso amplo/aberto dando ao estudante a oportunidades de escolher o curso com mais amadurecimento intelectual, além da autonomia discente de construir seu itinerário formativo, podendo transitar por diferentes disciplinas e áreas do conhecimento disponíveis na instituição, fato que favoreceria a ampliação do aprendizado, da visão crítica e reflexiva. A organização da UnB foi estruturada a partir de Institutos Centrais, que receberiam os alunos egressos do primeiro nível de educação, Faculdades e os órgãos complementares, fariam a formação específica. Estudantes e os professores estariam todos reunidos em uma localidade, um verdadeiro campus universitário. Nas palavras de Anísio Teixeira, a UnB foi criada pra promover uma transformação radical, uma vez que a nova organização universitária:

> A Universidade de Brasília encaminha-se para uma correção radical. A nova estrutura universitária compreenderá uma série de institutos, devotados às letras e ciências, que ministrarão cursos básicos em quaisquer dos campos do conhecimento humano, e uma série de faculdades devotadas à formação profissional. Além dos cursos básicos, os institutos serão centros de pesquisa e de formação de cientistas e humanistas, no nível de graduação e pós-graduação. [...] Tanto nos institutos quanto nas faculdades, a unidade é o departamento, e não a cátedra, com o que se deseja dar ao ensino o espírito de equipe, ou seja, o espírito universitário, graças ao qual as atividades por disciplinas serão tão extensas e intensas quanto as atividades interdisciplinares, interdepartamentais, interinstitutos e interfaculdades (TEIXEIRA, et al, 1961. 2011, p. 105-106).

Contudo, apesar das inúmeras possibilidades de mudanças que o modelo de universidade da nova capital poderia viabilizar para a educação superior brasileira, o

projeto foi gradativamente se perdendo e a partir do golpe militar de 1964, descaracterizado; momento em que os dirigentes foram destituídos do cargo, neste caso, o Reitor Anísio Teixeira e seus respectivos colaboradores. Na sequência, a instituição foi palco de perseguições a estudantes e professores, campo de batalha, torturas e maus tratos – fatos que marcaram profundamente a história da UnB (SALMERON, 2007).

2.1 O Reuni na UnB e a arquitetura para novos rumos institucionais

O REUNI surgiu a partir das intensas movimentações que ocorria em algumas universidades[4], notadamente, a UFBA e a própria UnB, no início do século XXI, que buscavam renovar a discussão sobre o ensino superior público no Brasil. Havia críticas aos velhos problemas das universidades brasileira e a busca de estratégias para combater:

- Excessiva precocidade nas escolhas da carreira profissional;
- Seleção limitada, pontual e "traumática" para ingresso na graduação;
- Viés monodisciplinar na graduação, com currículos muito fechados;
- Enorme fosso entre graduação e pós-graduação;
- Submissão ao mercado, perda de autonomia;
- Elitização da educação universitária;
- Incompatibilidade quase completa com modelos de arquitetura acadêmica vigentes em outras realidades universitárias, especialmente de países desenvolvidos;
- Anacronismo: dissonância da formação universitária com a conjuntura contemporânea.
- Incultura: formação tecnológico-profissional, quando eficiente, culturalmente empobrecida.

A discussão sobre uma Universidade Nova ganhou visibilidade na Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições de Ensino Superior (Andifes) e, na sequência, parte do movimento docente articulado pelo Andes deliberou por se opor ao Reuni nas universidades. A própria Andifes denunciara que a entidade dos professores financiava[5] entidades estudantis para ocuparem as universidades com o objetivo de inviabilizar o debate e a deliberação. Não por menos várias universidades tiveram que realizar reuniões em locais externos à universidade para aprovarem o Reuni.

4 Os professores reitores: Naomar de Almeida Filho e o professor Timothy Mulholland, respectivamente, da UFBA, e da UnB, foram os principais articuladores. O ápice deste envolvimento ocorreu entre 29 a 31 de março de 2007, no foi então denominado, 2º Seminário Nacional Universidade Nova: Anísio Teixeira e a Universidade do Século XXI. Um livro do mesmo nome foi publicado pela Editora da UnB.

5 No Relatório Final do 52º CONAD – Conselho do ANDES-Sindicato Nacional, realizado em São Luís, de 26 a 29 de julho de 2007, consta: "(...) 6.2 apoio a mobilizações, campanhas, marchas, manifestações e eventos, definidos como centrais nas lutas do Sindicato, cuja destinação tenha sido definida em congresso ou CONAD; 7. Fica autorizada a Diretoria do ANDES--SN a ordenar despesas destinadas a cobrir necessidades previstas no item anterior, no período compreendido entre agosto de 2007 a janeiro de 2009, até o limite de R$ 450 mil reais (...)".

Para aderir ao Reuni cada universidade deveria apresentar um plano e, nesse caso, a UnB saiu à frente, sendo a primeira a entregar a proposta de adesão ao MEC, ainda em 2007, na gestão de Timothy Mulholland (2005-2008). O movimento de oposição organizado pelo Andes e pelas entidades estudantis atuou fortemente no sentido da sua não aprovação, mas não conseguiu impedir na reunião do Conselho Superior da UnB (CONSUNI, 2007), tendo trabalhado em outra direção, a de deslegitimar a gestão, patrocinando denúncias de uso dos recursos das Fundações de Apoio, que envolveriam o Reitor[6]. Assim, com apoio de parte dos membros da comunidade acadêmica, sindicatos e imprensa, o movimento estudantil ocupou a reitoria até a renúncia do gestor máximo da instituição, fato consumado 15 dias depois (XXXX, 2019; FARIA, 2012).

Com efeito, uma gestão *pro-tempore* foi nomeada em 13 de abril de 2008, e sob a justificativa de que a proposta de reestruturação e expansão da UnB (R1), aprovada pelo MEC, não havia sido validada pelo Conselho Superior da instituição e, principalmente por conter pontos que careciam de ajustes – os BGAs, por exemplo, é que foram solicitados ajustes. O principal item que remontava ao Plano Orientador de 1962, fora objeto de questionamento.

Nestes termos, o Reuni foi novamente aprovado pelo MEC no segundo semestre de 2008, a partir de nova proposta apresentada pela UnB, momento em que teve início a sua implantação. Não obstante a instituição tenha enfrentado desafios nos processos licitatórios, fato que gerou atrasos e isso provocou outras dificuldades no alcance das metas propostas em tempo hábil, até 2012 (DUTRA, 2019).

Entre as metas constava a criação do projeto basilar (Projeto Político Pedagógico Institucional – PPPI), um documento de base que servisse de orientação para as atividades didático/pedagógicas da universidade, uma vez que o objetivo da gestão *pró-tempore* estava voltado para a consolidação da UnB num conjunto harmônico, “em todos os espaços da instituição, reconhecendo a importância do equilíbrio entre ensino, extensão e pesquisa, e estabelecendo as bases, diretrizes e orientações pedagógicas e acadêmicas, bem como as estratégias para o aperfeiçoamento da gestão universitária” (XXXX, 2019, p. 279).

2.1.1 Consuni aprova o Reuni na UnB

Assim que a gestão *pró-tempore* assumiu a Reitoria, em abril de 2008, solicitou ao MEC, a prorrogação do prazo para entrega do Plano de Reestruturação no âmbito do Reuni, com a justificativa da necessidade de (re)elaborar o projeto, uma vez que a proposta anteriormente validada não havia sido aprovada pelo Consuni[7], mas também carecia de ajustes. Assim, com prazo concedido pelo MEC, a segunda versão do projeto Reuni/UnB foi (re)adequada e novamente submetida à apreciação do Consuni na 339ª reunião, realizada no dia 4 de julho de 2008 (UnB/Consuni/ATA, 2008).

6 De acordo com a pesquisa realizada no doutoramento “A terceira derrota de Anísio Teixeira: o REUNI na UnB”, nada havia sido provado contra o ex-Reitor Timothy Mulholland, tendo ele sido absolvido de todos os processos, com exceção de um, o Processo Administrativo Disciplinar – PAD, que culminou com sua demissão da UnB, cujo ato foi assinado pela curta passagem do então ministro, Cid Gomes, em 2015, no MEC (XXXX, 2019).

7 Afirmação contrária pode ser verificada na 333ª reunião do Consuni realizada em 19 de outubro de 2007. Por ampla maioria foi aprovada a proposta “A UnB Rumo aos 50 anos: Autonomia, Qualidade e Compromisso Social”, que seria submetida ao MEC.

Na discussão do R1, houve intenso debate entre a comunidade universitária. O tema foi colocado em discussão e após intensos e acalorados debates, entre os presentes e em meio às palavras de ordem: “DEMOCRACIA, EDUCAÇÃO, QUERO DEBATE PARA FORMAR... DEMOCRACIA, EDUCAÇÃO, QUERO DEBATE PARA FORMAR...” a pré-proposta foi aprovada (UnB/Consuni/ATA, 2007). Naquela ocasião, a maioria das lideranças políticas estudantis queria barrar o Reuni e, somente o grupo ligado à UNE, e à União da Juventude Socialista – UJS, votou favorável, sendo, por isso, duramente criticado pelas demais forças do movimento (DUTRA, 2019).

2.2 Consórcio de curso: uma proposta interdisciplinar frustrada

Considerando a perspectiva do R2, a possibilidade de integração curricular foi dada pela criação dos Consórcios de Cursos, que buscava uma aproximação de diferentes cursos com o objetivo de manter certo grau de compartilhamento na oferta das disciplinas e uso de laboratórios, etc. Tal desenho curricular visava substituir os BGAs, que fora a ideia principal do R1, numa clara referência de retomada do Plano Orientador de 1962. Dentre os cursos de graduação criados, no ano de 2009, constavam:

> Engenharia da Produção (FT), Licenciatura em Música/Noturno (IdA), Geofísica (IG), Letras – Tradução/Espanhol (IL), Licenciatura em História/Noturno (IH) e os cursos executados por consórcios entre Institutos/Faculdades: Ciências Ambientais (IB, IG, IQ, ECO, CDS), Gestão de Políticas Públicas (IPOL, ADM, ECO), Museologia (IDA, HIS, CID) e Engenharia da Computação (CIC, IE, ENE) (UnB, 2010, p. 112).

Além desses, outros consórcios foram feitos, como é o caso do Centro de Excelência em Turismo – CET, em parceria com os Departamentos de Administração, de Economia, de Geografia, de História, Faculdade de Educação e com o Instituto de Ciências Biológicas, para oferta de cursos no campus Darcy Ribeiro. Em 2009, o Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) incorporou-se a um consórcio de unidades acadêmicas e criou o curso de graduação em Ciências Ambientais. O curso de Políticas Públicas (GPP[8]) da UnB é um exemplo dentro dessa proposta:

> O Departamento de Gestão de Políticas Públicas (GPP) da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE) foi criado no ano de 2015, sendo que o curso de graduação em gestão de políticas públicas existe desde 2009. Desde o seu início, o curso oferta 50 vagas para ingresso de estudantes de graduação a cada período letivo. Até meados de 2013, o curso funcionava sob o formato de consórcio, então constituído pelos Departamentos de Administração (ADM) e de Economia (ECO), da FACE, e pelo Instituto de Ciência Política (IPOL). Dali em diante, passou a vincular-se diretamente à FACE até que, em 2015, foi criado o Departamento de Gestão de Políticas Públicas (GPP) (UnB/FACE, 2019, p. 1).

8 Esse formato durou até 2013, quando o consórcio foi dissolvido e registrado em Ata 45º do Conselho da FACE, em 2013, e posteriormente tornou-se departamento da FACE, dado pela Resolução n. 4 do Consuni, 2015.

Verifica-se que o termo consórcio não aparece na apresentação do R2, apenas sinaliza a possibilidade de "parcerias entre unidades acadêmicas". Certamente, a proposta foi construída posteriormente, uma vez que o R2 indicou a criação de cursos de caráter interdisciplinar, sendo indicada apenas a criação dos seguintes cursos: Noturno (Arte e Comunicação Digital; Ciências Ambientais; Gestão de Políticas Públicas), no Diurno (Música Popular e Turismo). Essa proposta veio como alterativa para substituir os BGAs, uma vez que possibilitava o trabalho interdisciplinar. No entanto, o Consórcio de Curso pareceu, a *priori,* interessante, mas não teve força para se manter na instituição em decorrência de inúmeras dificuldades de gestão (DUTRA, 2019).

Contudo, na prática, os resultados não foram como esperados e a UnB reconhece que a falta de detalhamento na execução dos cursos, via consórcio, inviabiliza a apuração financeira (custo/aluno) de cada curso, uma vez que "as despesas de um determinado curso estão pulverizadas entre Faculdades e/ou Institutos diferentes. Por esta razão, o custo do aluno destes cursos está diluído entre as unidades responsáveis por administrá-los" (UnB, 2010, p. 112).

2.3 O PPPI na UnB: o que representou?

Com o entendimento de que o Plano Orientador da UnB, elaborado em 1962, carecia de revisão e ajustes, foi constituída uma comissão para a elaboração do Projeto Institucional, com início no ano de 2009. Entre os membros da comissão responsável pelo documento institucional, estavam as professoras Márcia Abrahão Moura[9] (Decana de Graduação e também presidente da comissão) e a professora Denise Imbroisi[10] (representante do DEG e vice-presidente da comissão).

Entre os anos de 2009 e 2011, a instituição realizou seminários e fóruns com o objetivo de ampliar as discussões sobre a construção do PPPI com a participação da comunidade acadêmica. Concluída essa etapa (em 2011), o documento foi disponibilizado para consulta pública e depois de consolidado foi encaminhado ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, onde foi aprovado em 7 de março de 2013, por ocasião da 56ª Reunião do CEPE. A apreciação pelo Conselho Universitário (Consuni) aconteceu somente em 6 de abril de 2018, na 450ª reunião, que o aprovou com uma abstenção (UnB/PPPI, 2018).

Apesar de o PPPI fazer referência e elogios ao Plano Orientador da UnB, destaca a importância de se pensar em novas propostas educacionais para a universidade do século XXI. Para tal, tece críticas ao mesmo, particularmente ao sistema tripartido[11] (institutos, faculdades e órgãos complementares) e o sistema de ciclos. Isso significou indicação de mudanças dos dois sistemas, especificamente. O tripartido por ainda fazer

9 Atual reitora da UnB, recentemente reconduzida para um segundo mandato a partir de 21/11/2020.

10 Atual Decana de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional.

11 O sistema tripartido refere-se à "estrutura acadêmico-administrativa da universidade, era composto pelos institutos centrais (pesquisa e pós-graduação), as faculdades (onde ocorreria a profissionalização) e órgãos complementares (serviços de apoio interno e interface campus-cidade e universidade-sociedade)". (UnB/Plano Orientador, 1962). Importante destacar em Salmeron (2012, p.93), para quem a motivação essencial era de que os institutos centrais e também as faculdades deveriam ser lugares de atividades criadoras, não somente de ensino "[...] evitar a constituição de vários departamentos da mesma disciplina nas diferentes escolas da universidade, mas para que especialistas suficientemente numerosos pudessem trabalhar juntos, constituindo grupos fortes dedicados às letras, às artes ou às ciências, formando ambiente estimulante para a criação intelectual."

parte da UnB, porém não exerce as mesmas tarefas dadas na sua gênese. Atualmente tanto as faculdades quanto os institutos oferecem cursos de graduação na modalidade bacharelado ou licenciatura, pós-graduação (*lato e stricto sensu*) e atividades de extensão e pesquisa. Além disso, a formação profissional e de pesquisa não são separadas. O segundo foi substituído pelo sistema semisseriado, com a manutenção do sistema de créditos que possibilita a flexibilização de currículos com a oferta de disciplinas do Módulo Livre. Em outras palavras, o estudante segue, a *priori*, uma lista de disciplinas pré-determinadas, semestralmente. A outra opção se dá pelas disciplinas que podem ser cursadas a qualquer momento, desde que observados os pré-requisitos, quando houver. Assim, o sistema permite certa flexibilidade para a construção dos itinerários formativos, conforme definido pelo PPPI da UnB (UnB/PPPI, 2018).

Há de se reconhecer que embora haja defesa de maior flexibilidade curricular no sistema adotado pela UnB, não se pode negar a existência de rigidez – os estudantes precisam seguir uma "grade curricular" predeterminada – e como próprio nome já diz "grade" – algo fechado, rígido, inflexível, portanto, em oposição aos propósitos da flexibilização. No caso das disciplinas optativas, a escolha se dá mediante uma listagem pré-selecionada, as quais são oferecidas pelos Departamentos, mas o estudante tem a possibilidade de cursos em outras unidades da UnB. As disciplinas do Módulo Livre (ML) podem ser escolhidas pelos estudantes, em número limitado, entre todas as que forem ofertadas na graduação da UnB, desde que não sejam restritas a um ou mais cursos.

Assim, considerando tais alterações no Plano Orientador, o Projeto Político Pedagógico Institucional na UnB indica como princípios orientadores da organização curricular a interdisciplinaridade, a transversalidade, contextualização, flexibilidade, diversidade, acessibilidade e sustentabilidade socioambiental. Ao afirmar tais princípios, a UnB entra em contradição com o que pratica na instituição, pois:

- adota manutenção da organização curricular (70% obrigatória e 30% mais flexível), limitando a construção do itinerário formativo;
- utiliza as modalidades de acesso para cursos específicos, com a tradicional escolha precoce pela carreira, nos moldes do que Anísio e Darcy criticavam, potencializando casos de desmotivação e o consequente abandono/evasão;
- mantém o sistema departamental que dificulta a atuação do docente em outro departamento, ainda que funcionem lado a lado;
- a interdisciplinaridade fica comprometida com pouca/nenhuma interação/diálogo entre as áreas de conhecimento;
- inúmeras disciplinas possuem conteúdo análogo e se repetem na instituição. Essa redundância curricular poderia ser minimizada se houvesse diálogo entre as áreas do conhecimento, se houvesse maior flexibilidade para que os estudantes circulassem em diferentes disciplinas/áreas;
- A saída da UnB do Sisu e do SisUnB, sem uma ampla discussão dos seus efeitos, limitou, ainda mais, o acesso de estudantes.

2.4 Adesão e saída do SiSU: o que significou

A adesão ao Sistema de Seleção Unificada (SiSU), por parte das instituições, é voluntária, mas requer alguns pré-requisitos, entre os quais a assinatura do termo de

participação. De acordo com Lourenço (2016), no primeiro processo seletivo, via SiSU, no ano de 2010, a adesão teve a participação de 51 instituições e em 2016 o número de IES totalizava 131 instituições, registrando um crescimento em torno de 151%, com relação à primeira edição do Sistema. Entre essas IES estava a UnB, que aderiu ao sistema no ano de 2014, ofertando 25% das vagas do primeiro semestre letivo. Com isso, a UnB reduziu o acesso pelo vestibular, que passou a representar as outros 25% das vagas, os outros 50% foram destinado aos estudantes ingressantes, via o Programa de Avaliação Seriada (PAS), sendo metade deles no primeiro semestre e a outra metade no segundo semestre. A seleção de novos estudantes com a utilização do tradicional vestibular ficou mantida apenas para o segundo semestre de cada ano, com exceção ao ano de 2020, que por conta da Pandemia da COVID-19, o vestibular foi substituído por um novo acesso via ENEM.

O SiSU possibilitou a ampliação de estudantes oriundos das escolas públicas à educação superior, mas depois de seis anos da adoção do sistema, a gestão (2016-2020) tomou a decisão na 593ª reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), realizada em 27 de junho de 2019, em não mais usar o SiSU como forma de acesso à educação superior na UnB. A justificativa foi de que havia incompatibilidade entre o calendário acadêmico da Universidade e as datas de seleção estabelecidas pelo MEC, no âmbito do SiSU, o que causava atrasos no início das aulas para alguns estudantes. Além disso, o não preenchimento de todas as vagas oferecidas pelo SiSU, na primeira chamada, implicava a necessidade de várias chamadas e isso comprometia o início do semestre letivo e também que estudantes oriundos do SiSU tinham altos índices de evasão em relação a outros processos seletivos (UnB/ASCOM, 2019).

A adesão primeiro ao SiSU foi aprovada pelo CEPE, em 2013, com um amplo debate com a comunidade acadêmica e um dos incentivos à adesão foi a ampliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Após a adesão ao SiSU, a verba da assistência estudantil, quase que dobrou na UnB, passando de R$ 15,7 milhões em 2012 para R$ 28,35 milhões em 2015. A UnB começou a utilizar o SiSU para selecionar os candidatos que entraram no primeiro semestre de 2014. O Termo de Adesão ao SiSU é geralmente assinado nos meses de novembro do ano anterior para seleção do ano seguinte. As Portarias que instituíram esta possibilidade foram a de n. 18, de 11 de outubro de 2012 e a Portaria Normativa MEC n. 21, de 5 de novembro de 2012. Atualmente a regulação se dá por meio da Portaria n. 1.117, de 1º de novembro de 2018.

Dada a experiência do SiSU, a UnB instituiu um sistema próprio, o Sistema Informatizado de Seleção para os Cursos de Graduação da UnB (SISUnB), por meio da Resolução CEPE n. 230, de 9 de novembro de 2015, cujo objetivo era o de possibilitar ao candidato do PAS e do vestibular, alterar a pré-opção campus/curso/turno feito no momento da inscrição, conhecidos o seu resultado de desempenho nas provas e a nota de corte de cada curso. Este sistema começou funcionar, mas pouco tempo durou, pois em abril de 2017, a pedido do Decanato de Ensino de Graduação, o CEPE aprovou proposta de alteração do art. 2º da Resolução CEPE n. 230/2015, revogando exatamente a possibilidade de permitir maior aproveitamento das vagas por parte dos candidatos.

3 Mudanças estruturais na UnB: expectativas frustradas

A adesão ao Reuni e ao SiSU na UnB gerou certas expectativas na comunidade acadêmica que acreditou nas possíveis mudanças que os planos poderiam trazer, no

sentido de ampliação do acesso de estudantes aos cursos de graduação, bem como na organização didático-pedagógica e das práticas docentes. Contudo, o projeto Reuni foi sendo alterado e sua desconfiguração trouxe outros desafios para a instituição – número expressivo de estudantes no ambiente acadêmico sem que a universidade estivesse com a estrutura adequada.

A aprovação do PPPI, que substituiu o Plano Orientador da UnB, recolocou a UnB no mesmo patamar da crítica que fora formulada por Anísio e Darcy. Apesar da propalada modernização proposta pelo R2, a instituição apresenta organização didático/pedagógico distante dos Bacharelados Interdisciplinares, que guiaram o Reuni. A ideia de criar os Consórcios de Curso como forma de oferecer a proximidade entre a escolha da formação e o trabalho compartilhado, não logrou êxito. Assim, tanto o acesso aos cursos da UnB, quanto a estrutura organizacional conserva as mesmas práticas adotadas antes da implantação do Reuni – viés disciplinar e com ínfima possibilidade do trabalho interdisciplinar entre as áreas do conhecimento, além do acesso altamente excludente, como é o caso do acesso por profissão, que remete as guildas do século XIX.

Portanto, ao que tudo indica, a UnB trilha por caminhos que diferem do que foi pensado no ano de 1962 – inovação no processo ensino/aprendizado, promoção do acesso, flexibilização curricular, promoção da interdisciplinaridade, autonomia para os estudantes construírem seu itinerário formativo, escolha da profissão com mais amadurecimento intelectual.

Com tal direcionamento institucional, pode-se entender que o PPPI representou, de fato, a substituição, do Plano Orientador. E os novos rumos dados tem refletido nos conceitos do IGC e nos rankings internacionais que tem sido divulgados nos últimos anos. Entre os anos de 2008 a 2013, a UnB manteve o conceito 4 no IGC, justamente o período do Reuni. No final de 2012, uma nova gestão assumiu a Reitoria e desde então outras estratégias foram usadas pelo Decanato de Graduação, com vistas à elevação do conceito IGC. O trabalho realizado junto à comunidade acadêmica e nos cursos avaliados pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) resultou na conquista do conceito 5, por quatro anos consecutivos. No entanto, em 2018, o índice retornou ao patamar de 2013[12].

Tabela 1 – Índice Geral de Curso da UnB (2008 a 2018)

Ano	IGC	
	Contínuo	Faixas[1]
2008	3,84	4
2009	3,86	4
2010	3,91	4
2011	3,88	4
2012	3,88	4
2013	3,94	4
2014	4,01	5
2015	4,01	5

12 No ano de 2000, a UnB chegou a ser considerada pelo MEC, a melhor universidade do Brasil, segundo critério do Exame Nacional de Cursos. Ver: https://istoe.com.br/32009_A+N+1+DO+BRASIL+/.

Ano	IGC	
	Contínuo	Faixas[1]
2016	3,95	5
2017	3,96	5
2018	3,94	4

Fonte: IGC/Inep (BRASIL, 2019).
[1] Indicador prévio que assume valores de 1 a 5, obtidos pelo resultado do IGC-Contínuo.

Considerando a avaliação numa perspectiva internacional, a UnB ampliou a distância da universidade brasileira melhor posicionada, a USP no ranking da Quacquarelli Symonds, do Reino Unido (QS).

Tabela 2 – *Ranking* da UnB e USP na perspectiva da QS (2012 a 2020)[13]

Ano	USP (Melhor colocada entre as universidades brasileiras)	UnB
2012	139	551
2014	127	551
2015	132	551
2016	143	491
2017	120	601
2018	121	651
2019	118	751
2020	116	801
2021	115	801

Fonte: *QS World University Rankings*, anos de 2012 a 2019.

Entre os critérios de classificação considerados pela QS, a margem de distanciamento entre as duas universidades, numa perspectiva comparada, apresentou diferença significativa se observarmos os dados do Quadro abaixo:

13 Não foi possível contabilizar o *ranking* de anos anteriores.

Quadro 1 – Classificação Universitária na América Latina (2021)

Critério de classificação	USP	UnB
Pontuação geral	99.4	70
Reputação acadêmica	100	79.5
Reputação do Empregador	99.7	27
Docente	53.3	29.6
Docente com PhD	100	100
Artigos por faculdade	100	86.5
Citações por artigo	87.4	49.1
Rede Internacional de Pesquisa	100	98.1
Impacto da Web	100	99.1

Fonte: *QS World University Rankings*

3.1 Desempenho da UnB frente às metas pactuadas

É mister colocar em evidência que, apesar das melhorias institucionais citadas pela UnB, os reflexos ainda não chegaram nos índices de evasão dos cursos de graduação, especialmente nas licenciaturas, pois os mesmos se mantêm em alta.

A redução das taxas de evasão nos cursos de graduação da UnB foi destacada por R1 e ratificada pelo R2 como um dos problemas a ser perseguido pela instituição. A UnB contabilizou, no período de 2001 a 2005, o total de 26.180 estudantes que deixaram a Universidade. Desse total, 15.195 estudantes (58%) se formaram e os outros 10.985 (42%) saíram por diferentes realidades: 24% abandonaram a universidade; 16% foram desligados da instituição, sendo um dos motivos o baixo desempenho acadêmico; 2% foram transferidos para outras IES (BRASIL, 2007a).

Assim, diante de tal realidade, ambas as propostas (R1 e R2) criaram metas e estratégias para superação das dificuldades. No caso do R1, as vagas ociosas na graduação seriam plenamente ocupadas e a taxa de evasão seria reduzida a níveis não superiores a 15% até 2012.

O R2 por sua vez, optou pelo aumento gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação (TCG) presenciais para 90% até 2012. As metas projetadas e efetivadas no período de 2008 a 2012 foram as seguintes:

Tabela 3 – Evolução de matrículas, formados e taxa média de conclusão de cursos (projetadas e executadas) 2007 a 2012

	PROJETADAS						Alunos registrados e formados		
	R1			R2					
	Mat.	Formados	**TCG**	Mat.	Formados	**TCG**	Registro	Formados	**TSG[14]**
2007	19.771,90	2.904	**0,73**	19.767,71	3.379	**0,85**	23.414	3.431	**0,75%**
2008	22.393,66	2.934	**0,74**	22.955,18	3.484	**0,87**	25.314	3.513	0,77%
2009	25.935,30	3.167	**0,80**	28.966,35	3.684	**0,93**	27.944	4..319	**0,72%**
2010	29.925,45	4.054	**1,02**	36.683,40	3.788	**0,95**	29.775	4.202	0,76%
2011	31.920,52	5.191	**1,25**	38.023,00	3.865	**0,92**	34.627	3.843	**0,60%**
2012	34.626,40	6.439	**1,54**	39.892,40	4.533	**1,08**	36.105	3.789	0,59%
Var.	14.854,5	3.535	-	20.121,7	1.154	-	12.691	358	-
%	75,1%	121,7%	-	101,7%	34,1%	-	54,2%	10,4	-

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa.

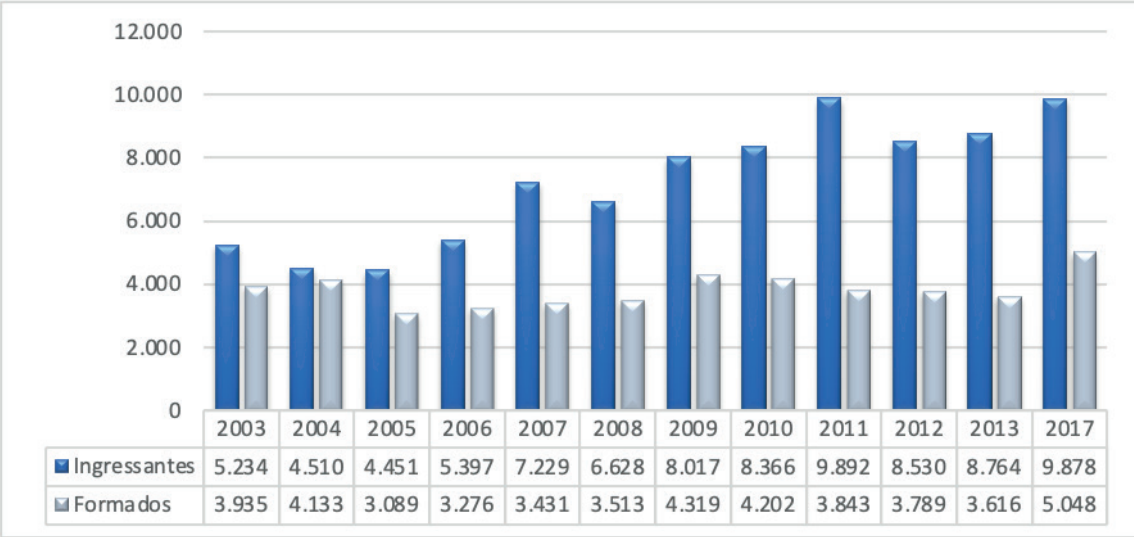
14 Para o Ministério da Educação (MEC/Reuni), a Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação (TCG) é um indicador calculado considerando o número de diplomados nos cursos de graduação presenciais (DIP) num determinado ano e o total de vagas de ingresso oferecidas pela instituição (ING) cinco anos antes. Para o TCU, o cálculo TSG = Número de diplomados / Número total de alunos ingressantes nos cursos de graduação presenciais. Pela ausência de dados nos anuários estatísticos e nos relatórios de gestão da UnB, com o termo explícito TCG, optou-se por utilizar o TSG, uma vez que se trata de indicador análogo.

A estimativa de R1 ficou em 75,1% de crescimento das matrículas, no período do Reuni, com ênfase dada ao número de formados, quando projetou um acréscimo de 121,7% em cinco anos. O R2, por sua vez, planejou um crescimento de, apenas, 34,1% no número de formados em relação ao ano de 2007. A projeção para o crescimento no número de matrícula foi de 101,7% no mesmo período.

No entanto, os dados disponibilizados no anuário estatístico de 2016 evidenciam que a UnB avançou apenas 54% no número de matrículas na graduação entre os anos de 2007 a 2012. No que se refere ao número de formados, o crescimento foi de apenas 10,4%, ficando bem abaixo do planejado e esperado por R2. Considerando os dados coletados na pesquisa, a Taxa de Sucesso dos cursos de graduação caiu de 0,75 para 0,59, enquanto a meta de R2 era elevar a porcentagem para 1,08. Esse fato evidencia o não cumprimento da meta estabelecida por R2, que foi requerida pelas diretrizes do Reuni, nesse caso, a redução das taxas de evasão.

Ao analisar os números de ingressantes e formados na UnB no período em tela, observa-se que, apesar do crescimento no quantitativo de estudantes ingressantes (saindo de 7.229 em 2007 para 8.539 no ano de 2012), mais de 50% dos estudantes que entraram não conseguiram chegar ao final do curso. Vê-se por outro ângulo:

Gráfico 1 – Evolução dos números de ingressantes e formados na UnB (2003 a 2017)



	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2017
Ingressantes	5.234	4.510	4.451	5.397	7.229	6.628	8.017	8.366	9.892	8.530	8.764	9.878
Formados	3.935	4.133	3.089	3.276	3.431	3.513	4.319	4.202	3.843	3.789	3.616	5.048

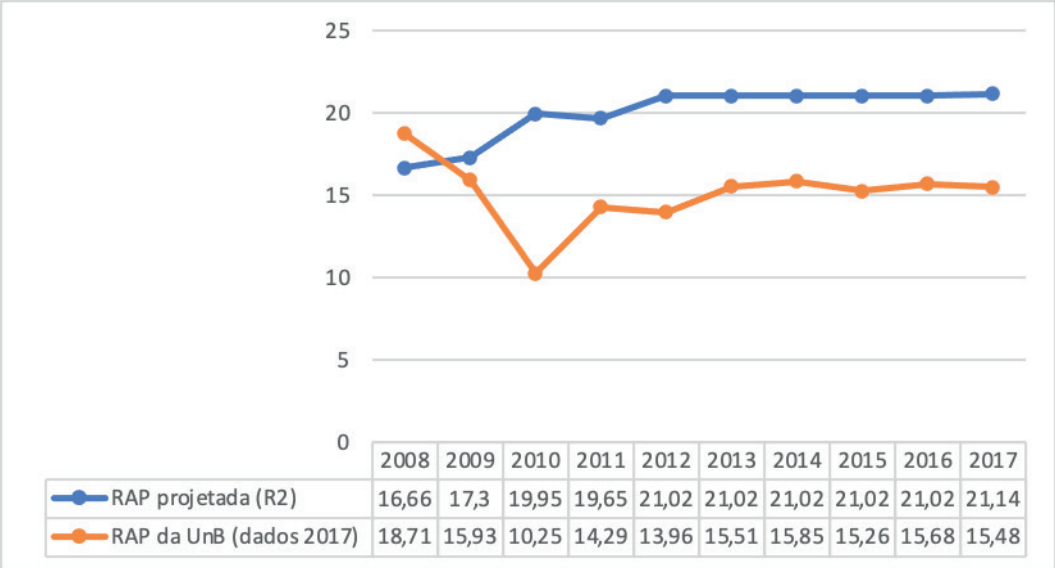
Fonte: Elaboração própria a partir do Anuário Estatístico da UnB (2017).

Considerando tais números, pode-se dizer que a UnB conserva, portanto, os mesmos problemas apontados no diagnóstico inicial feito por R1 e ratificado por R2, com altas taxas de evasão. Ainda que o R2 tenha implantado suas estratégias para combater o problema, a meta de aumentar a taxa de conclusão média dos cursos de graduação (TCG) presenciais para 90% até 2012 não foi atingida.

A Relação Aluno/Professor (RAP) foi um dos aspectos que motivou o Reuni, a baixa relação aluno professor, que segundo o MEC fixava-se em 9 alunos por professor. O Reuni propôs então elevar para 18/1 estudantes de graduação presencial por profes-

sor e tanto R1 quanto R2 projetaram ir além – o primeiro propôs atingir a meta de 21,43 até 2012 e o segundo (R2) almejou o quantitativo de 21,02. Com a expansão da UnB a partir de 2008, a RAP saiu de 18,71 para 13,96 no ano de 2012, distanciando-se em muito da meta que foi estipulada, chegando a 2017 com 15,48. Assim, em vez de elevar a RAP no período do Reuni, os dados foram de baixa. Considerando o que foi proposto pelo projeto implantado (R2) na instituição e o que a universidade atingiu no período, pode-se afirmar que a UnB não alcançou a meta desejada.

Gráfico 2 – Número de alunos em tempo integral/prof. equivalente – RAP (2008 a 2017)[15]



Fonte: Elaboração própria a partir do Relatório de Gestão da UnB, 2017.

Entende-se que a UnB teve oportunidades de promover a inovação e resgatar os ideais que propostos pelo Plano Orientador, de 1962. Contudo, a pesquisa indicou que a UnB não avançou no sentido de promover a interdisciplinaridade nos cursos de graduação, não reduziu os índices de evasão, e o índice da Relação Aluno Professor não foi atingido (18x1), a reestruturação acadêmica/curricular não se efetivou, mantendo o que já existia antes do Reuni, o acesso à universidade se dá por modalidade, onde o estudante é obrigado a escolher precocemente a profissão/curso o que potencializa a desmotivação e a evasão.

15 Cálculo proposto pelas diretrizes do Reuni da Relação Aluno/Professor (RAP) considera: Matrícula Projetada em Cursos de Graduação Presenciais (MAT), Docentes com Equivalência de Dedicação Exclusiva (DDE), Dedução da Pós-Graduação (DPG). Cabe salientar que foram solicitados à instituição (DPO) os dados básicos para efetuar o cálculo (RAP/REUNI), e a resposta obtida foi que as informações sobre este item estavam disponibilizadas nos Relatórios de Gestão. No entanto, esta não é a metodologia proposta pelo Reuni, uma vez que utiliza informações diferentes (Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente). Não tendo sido possível o acesso aos dados que compõem a memória de cálculo, optou-se por utilizar os dados disponibilizados nos relatórios de gestão da UnB.

Considerações finais

O propósito desta reflexão foi desvelar como se deu a implantação do Reuni na UnB, bem como investigar em que medida o projeto implantado se aproxima ou não do ideário anisiano de universidade. Para o desenvolvimento da pesquisa, optou-se por analisar os dois projetos de adesão ao Reuni da UnB, aprovados pelo Consuni e pelo MEC – o primeiro em 2007 e o segundo em 2008, sendo este o substituto daquele, embora já houvesse a pactuação dos recursos para execução do primeiro projeto.

Apesar de a UnB ter sido a primeira universidade a entregar a proposta ao MEC, obtendo a aprovação sem ressalvas, tendo na base de seu projeto os BGAs, cuja intenção trazia à tona os ideais de seus idealizadores – Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, não ficou isenta das resistências e opiniões contrárias. Naquele contexto, várias universidades tiveram dificuldades para a aprovação do Reuni, mas principalmente porque a iniciativa questionava a estrutura excessivamente disciplinar da universidade brasileira.

O Andes foi um forte opositor ao governo Lula e ao Reuni, ainda que esse programa pudesse favorecer o acesso ao ensino superior na universidade pública. A resistência se deu com apoio, inclusive financeiro, para os estudantes que ocuparam reitorias, fizeram movimentos para interditar a aprovação, palavras de ordem e muito mais. Entre os atores engajados na oposição, estava a Associação dos Estudantes Livres – ANEL, entidade que teria sido financiada pelo Andes e teve vida efêmera, uma vez que nos anos seguintes não mais se teve notícias da sua atuação. Durante sua existência seu objetivo único foi o de interditar a aprovação do Reuni. No caso da UnB, o projeto, embora com resistências de alguns e manifestações na reunião do Consuni, foi aprovado pelo Conselho Superior, como previsto pelo MEC, chegando, inclusive, a assinar o termo de pactuação e receber os recursos para início da implantação, ainda em 2007.

A resistência para a aceitação dos BGAs e a retomada das ideias de Anísio Teixeira estão intrinsecamente ligadas ao conservadorismo acadêmico, que resiste às mudanças no ensino superior. O ingresso direto na profissionalização vem sendo apontada como um dos principais problemas no ensino superior por contribuir com a alta taxa de evasão. Este problema já era mencionado no Plano Orientador da UnB (1962), por Anísio e Darcy Ribeiro, que afirmavam que a nova universidade deveria “(...) dar ao estudante a oportunidade de optar por uma orientação profissional quando mais amadurecido e melhor informado sobre os diferentes campos a que se poderia devotar”. Por isso, foram tão enfáticos no desenho curricular e arquitetônico da universidade juntamente com Lúcio Costa e Oscar Niemeyer para pensar um projeto curricular integrado. Neste sentido, promover a interdisciplinaridade e a flexibilidade curricular representa uma ameaça para a perda de poder sobre a disciplina.

Observa-se que, para a elaboração e implantação de uma política, diferentes atores se articulam com o fito de garantir maior poder de influência nas decisões. Entendendo dessa forma e para melhor compreensão dos fatos do contexto de influência, foram utilizados recursos da pesquisa bibliográfica, entrevista com profissionais que estiveram direta e/ou indiretamente envolvidos (professores, estudantes e demais profissionais, representantes de sindicatos e conselhos, além de gestores). Estratégia que possibilitou identificar as intenções políticas e ideológicas nas ações de grupos contrários e a favor do Reuni (DUTRA, 2019).

O ápice de todos esses acontecimentos, mediados pela equipe do R2, se deu com a efetivação da meta para a elaboração do Projeto Político Pedagógico Institucional, o qual coloca um fim nas propostas de seus idealizadores, Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, uma vez que o documento legitimado pelo Consuni no ano de 2018, ratificando o dito anteriormente, *"revisa, atualiza e substitui o Plano Orientador, de 1962, elaborado por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira"* (UnB/SECOM, 2019, p. 1)[16]. Assim, considerando os princípios norteadores para a organização curricular da UnB, explicitados no PPPI (interdisciplinaridade, transversalidade, contextualização, flexibilização, diversidade, acessibilidade e sustentabilidade socioambiental) e as práticas utilizadas pela UnB, pode-se afirmar que tais princípios não se efetivam na sua integralidade, visto que as estratégias da instituição colidem com o que defendiam Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, exemplo disso é a rigidez curricular (70/30), o que dificulta o trabalho interdisciplinar e a flexibilização do trabalho docente e da construção do itinerário formativo pelo aluno. A UnB mantém a estrutura departamental, fato que contribui para a fragmentação do conhecimento e o controle administrativo e ideológico de professores e alunos, além das possibilidades de formação de pequenos feudos de poder, sendo maléficos para a instituição, conforme definido por Nacif *et al.* (2012).

Assim, nessa direção, em especial na substituição do R1 pelo R2 e as respectivas alterações nas características do Plano Orientador da UnB, em detrimento do R2 que priorizou o que já se praticava na universidade, com organização curricular rígida e fragmentada, esses pontos foram insistentemente combatidos por àquele que foi derrotado pela terceira vez, agora no âmbito do Reuni, na Universidade de Brasília, àquela que teria sido o seu principal projeto juntamente com Darcy Ribeiro.

Parafraseando o próprio Darcy Ribeiro (1975) – o sonho não acabou e, por isso, fica a esperança de que a UnB seja amanhã o que foi ontem, enriquecida com novas possibilidades de acesso, com organização curricular moderna, o verdadeiro centro cultural, da ciência, da pesquisa, do ensino e do aprendizado.

A formação acadêmica desejada pelos idealizadores era o surgimento de uma nova universidade, diferente de todas àquelas que o Brasil havia organizado ou transformado. Uma UnB que possibilitasse ao estudante, ver o não visto, ir além das aparências, de não se deixar levar pelas tendências ideológicas, conservadoras, que superasse os desafios no rumo de uma sociedade mais igualitária, mais humana, solidária. Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro almejaram uma UnB, que abrisse seus portões para aqueles que sonham com uma vaga na educação superior pública e gratuita, promovendo a formação de cidadãos críticos, autônomos e capazes de contribuir para um Brasil melhor. Afinal, como a célebre frase que o notabilizou o seu inspirador, educação não é privilégio. Educação é um direito.

Referências

ANDES. **Relatório Final do 52º CONAD – Conselho do ANDES-Sindicato Nacional**. São Luís – MA, de 26 a 29 de julho de 2007. Disponível em: <https://www.andes.org.br/midias/downloads/1203/%2052%C2%BACONAD>. Acesso em: 30 nov. 2020.

16 A aprovação do PPPI foi disciplinada pela Resolução do CONSUNI N. 0017/2018, de 13 de abril de 2018, por meio do Processo SEI 23106.056333/2017-67.

BALL, Stephen J.; BOWE, Richard; GOLD, Anne. **Reforming education &changing schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson. **Políticas educacionais: questões e dilemas.** São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Decreto n. 6.096, de 24 abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI**. Brasília, DF: DOU, 25 abr. 2007.

BRASIL. MEC/SESu/REUNI/PROCESSO – Universidade de Brasília. Número 23000.030326/2007-41. **Celebração de acordo de metas e descentralização de crédito orçamentário.** Brasília, DF: MEC, 2007a. Arquivos da Secretaria de Educação Superior no Ministério da Educação.

BRASIL. **Reuni: reestruturação e expansão das universidades federais – diretrizes gerais**. Brasília, DF: MEC, ago. 2007b. Disponível em: . Acesso em: 18 mar. 2018.

DUTRA, Norivan Lustosa Lisboa. A terceira derrota de Anísio Teixeira: o REUNI na UnB. 353 f., il. **Tese** (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38165>. Acesso em: 30 nov. 2020.

LOURENÇO, Vânia Maria. Limites e possibilidades do Enem no processo de democratização do acesso à educação superior brasileira. **Dissertação** (Mestrado Profissional em Educação). Universidade de Brasília, Brasília, 2016, 145 f.

MAINARDES, Jefferson; FERREIRA, Márcia dos Santos; TELLO, César. Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos. In: MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MAINARDES, Jefferson. Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico-metodológicas. **Contrapontos.** v. 9, n 1. p. 4-16. Itajaí, jan./abr. 2009.

NACIF, Paulo Gabriel Soledade et. al. Gestão dos campos de saber nas universidades federais do Brasil: estruturas sucessoras dos departamentos universitários *In*: **Segundo Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa**. Macau: China. China: Associação FORGES, 2012. p.1-13.

QS World University Rankings. **University Rankings**. Quacquarelli Symonds World University Ranking (QS). Disponível em: <https://www.topuniversities.com/university--rankings>. Acesso em: 30 nov. 2020.

RIBEIRO, Darcy. **A Universidade Necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

RUS PEREZ, José. Por que pesquisar implementação de políticas educacionais atualmente? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1179-1193, out./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/07.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2020.

SALMERON, Roberto A. **A universidade interrompida**: Brasília 1964-1965. Brasília, DF: Editora UnB, 2012.

TEIXEIRA, Anísio, RAMOS, Jairo e CARDOSO, Fernando Henrique. Universidade de Brasília. **Anhembi.** São Paulo, v.11, n.128, jul. 1961. p.259-267. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/3unb.htm>. Acesso em: 30 nov. 2020.

TELLO, César. Las epistemologías de la política educativa – notas históricas y epistemológicas sobre el campo. In: TELLO, César. **Epistemologías de la política educativa: posicionamentos, perspectivas y enfoques**. São Paulo: Mercado de Letras, 2013.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Ata da Reunião do Consuni n. 339ª**, de 4 de julho de 2008. Brasilia: SOC/GRE. Brasília, mimeo.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Ata da Reunião do Consuni n. 333ª**, de 19 de outubro de 2007. Brasilia: SOC/GRE. Brasília, mimeo.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Plano Orientador da Universidade de Brasília**. Brasília, DF: Editora UnB, 1962

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Projeto Político-Pedagógico Institucional da Universidade de Brasilia.** Brasília: UnB/DPO. Disponível em: <http://www.dpo.unb.br/images/PPPIVersaoAprovadaConsuni.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2020.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Relatório de Gestão do Exercício de 2017 #UnBMaisHumana**. Disponível em: <http://www.dpo.unb.br/images/phocadownload/documentosdegestao/relatoriogestao/Relatrio-de-Gesto---2017.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2020.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Relatório de Gestão do Exercício de 2010**. Disponível em: <http://www.dpo.unb.br/images/phocadownload/documentosdegestao/relatoriogestao-2010>. Acesso em: 30 nov. 2020.

UNIVERSIDADE DE BRASILIA. **UnB deixará de adotar o SiSU como ferramenta de seleção.** Brasilia: UnB/ASCOM. Disponível em: <https://noticias.unb.br/76-institucional/3017-unb-deixara-de-adotar-o-sisu-como-ferramenta-de-selecao>. Acesso em: 30 nov. 2020.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA/FACE. Departamento de Gestão de Políticas Públicas, 2019. Disponível em: <http://www.gpp.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4&Itemid=615>. Acesso em: 30 nov. 2020.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA/Órgãos Colegiados. **Consuni aprova Projeto Político-Pedagógico da UnB.** Brasília: Portal da UnB Notícias. 06/04/2018. Disponível em: <https://noticias.unb.br/76-institucional/2184-consuni-aprova-projeto-politico-pedagogico-da-unb>. Acesso em: 30 nov. 2020.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA/UnB Notícias. **Projeto Político-Pedagógico Institucional caracteriza a UnB.** Brasília: Portal da UnB. 25/01/2019. Disponível em: <https://noticias.unb.br/76-institucional/2735-projeto-politico-pedagogico-institucional-caracteriza-a-unb>. Acesso em: 30 nov. 2020.